

BC deixa de financiar a dívida pública

Governo pretende definir de uma vez o papel específico de cada um dos órgãos

O Banco Central deixará de emitir títulos para financiar a dívida pública, função que passará a ser comandada, exclusivamente, pelo Tesouro Nacional, informou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. Com essa medida, que faz parte do novo acordo fechado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo quer definir de vez o papel de cada um dos órgãos. O Tesouro assumirá o seu papel de emissor de papéis públicos e o Banco Central, o de gestor da política monetária, controlando a quantidade de dinheiro em circulação na economia, a taxa de juros e o câmbio, pontos fundamentais para que possam ser definidas as metas de inflação, ou "inflation targeting", em no máximo três meses.

"O governo dará um importante passo com essa medida. Será uma mudança profunda, que contribuirá muito para aumentar a credibilidade na condução da política monetária", disse o diretor de Tesouraria do Credibanco, Paulo Oliveira. "O Banco Central deixará de financiar o Tesouro, como ocorreu em vários momentos, depois da crise da Rússia, no ano passado. O mercado estava

rejeitando títulos prefixados, mas o Tesouro demorou muito para oferecer outras opções. O BC teve, então, que suprir esse espaço", lembrou.

Segundo Bier, o fim das emissões do BC será gradual. O estoque de títulos de sua emissão que está em poder do mercado será resgatado nas datas de vencimento. Se houver necessidade, esses papéis serão substituídos por títulos de emissão do Tesouro.

A mudança de regras deverá ser testada nos próximos dias, quando o Tesouro oferecer ao títulos de curto prazo com rendimentos prefixados. Hoje, o máximo que o governo tem conseguido vender são papéis híbridos, com uma parte do rendimento — no máximo, uma semana — prefixado e o restante corrigido pela taxa Selic, atualizada diariamente pelo BC.

"Há um espaço se abrindo no mercado para que o governo venda títulos prefixados de curto prazo. Com as perspectivas positivas de que os juros realmente irão cair mais à frente, quem adquirir esses papéis

poderá garantir uma boa rentabilidade. O mercado sempre analisa as operações desse ponto de vista", afirmou Oliveira, do Credibanco.

Outra meta definida pelo governo com o FMI é reduzir ao máximo o sistema de "go around", por meio do qual o BC compra e vende dinheiro no mercado diariamente. Desde o início do ano, o BC tem sido basicamente comprador de dinheiro no encerramento das operações, já que

há uma sobra de cerca de R\$ 20 bilhões no mercado porque o governo está enfrentando dificuldades para vender títulos, devido ao descrédito

por parte de alguns investidores em relação à dívida pública.

No acordo com o FMI, foi definido ainda que o BC passará a acompanhar mais de perto, nos próximos meses, o comportamento das carteiras de crédito e investimento dos bancos, de forma a garantir que não haja riscos para o sistema. A preocupação do Banco Central é de que o crescimento da inadimplência, diante do aprofundamento da reces-

são e do desemprego, possa resultar em problemas futuros.

Segundo o texto do acordo com o FMI, "os testes de stress" realizados com o mercado sugerem que os principais bancos privados continuariam em uma situação confortável, dentro dos padrões estabelecidos pelos princípios da Basiléia, mesmo que a taxa de inadimplência dobrasse: o último dado, de novembro de 1998, era de 9,2% de créditos em atraso.

O BC também fortalecerá a supervisão bancária sobre a exposição dos bancos na área cambial. Para isso, estabelecerá, no curto prazo, regulamentações mais avançadas para o sistema, com o intuito de saber até que ponto os bancos se expõem ao risco nas negociações com dólar.

Até o fim deste ano, com o apoio do Banco Mundial, o BC regulamentará um mecanismo para classificar os empréstimos feitos pelo sistema bancário. Essa classificação de risco permitirá ao Banco Central saber exatamente como está a saúde de cada banco e quais os riscos que estão sendo oferecidos à clientela. Os dados dessa classificação ficarão, porém, restritos ao BC.

(V.N.)

O Tesouro assumirá o seu papel de emissor de papéis públicos enquanto o Banco Central será o gestor da política monetária